

MENSAGEM Nº 010/2024

Pirai, 19 de março de 2024.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 00500

Rubrica 8fk Fls 02

Encaminho em anexo o presente Projeto de Lei, onde o Executivo Municipal busca autorização legislativa para alterar a carga horária do categoria de odontólogo especialista.

O Projeto de Lei, portanto, reduz a carga horária da categoria de odontólogo especialista, de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais, com exceção de odontólogo plantonista e odontólogo de família e atenção domiciliar

Cabe esclarecer que o objetivo principal da modificação ora proposta visa criar meios, de forma mais sustentável, à fixação do profissional especialista, no centro de especialidades do Município de Pirai (CEO), assim como atrair a referida categoria profissional para participar dos concursos ofertados pela administração municipal.

É importante registrar que nos últimos três concursos, ofertados pelo Município, verificou-se baixo interesse da categoria e os poucos que se interessaram e passaram, renunciaram à vaga, promovendo com isso a descontinuidade da assistência gerando fragilidade na Rede de Saúde do Município.

A não estruturação do ambulatório de especialidades fere o princípio da integralidade da Atenção a Saúde, que é um dos princípios básicos do SUS, expresso na Lei Orgânica da Saúde.

O vencimento da categoria será mantido no valor atual, acrescido da gratificação prevista no inciso I, do art. 33, da Lei Municipal nº 719, de 1º de abril de

2004, de tal sorte que não haverá qualquer prejuízo para a categoria funcional, tão somente uma regulamentação do que já é praticado atualmente.

Por fim, vale ressaltar que, medida idêntica já foi adotada no âmbito do Município de Pirai, para propiciar a redução da carga horária da categoria profissional de médico especialista, resultando no Projeto de Lei nº 132/2018, sancionado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, transformado na Lei Municipal nº 1.438, de 17 de dezembro de 2018.

Em função das razões alinhadas nesta Mensagem e contando com a colaboração que sempre nos ofertou o Augusto Poder Legislativo, aguardamos aprovação do presente Projeto, a fim de que nós, todos juntos, continuemos a trabalhar para o crescimento econômico e social de nosso Município, auxiliando e fortalecendo as Instituições que nos prestigiam no desenvolvimento social nas esferas de suas competências.

Atenciosamente,



RICARDO CAMPOS PASSOS

Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor

MARIO HERMÍNIO DA SILVA CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal de Pirai-RJ

PROJETO DE LEI Nº 10 /2024

EMENTA: "ALTERA A CARGA HORÁRIA DA CATEGORIA FUNCIONAL DE ODONTÓLOGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A carga horária dos profissionais da categoria de odontólogo que atende como especialista terá redução da jornada para 12 (doze) horas semanais, mantido o vencimento atual, sem prejuízo da gratificação de que trata o inciso I, do art. 33, da Lei Municipal nº 719, de 1º de abril de 2004.

Parágrafo Único - A redução da jornada de trabalho a que se refere o caput, não se aplica às categorias de odontólogo em regime de plantão e odontólogo de família e atenção domiciliar.

Art. 2º - Da jornada semanal de 12 (doze) horas, 02 (duas) horas poderão ser dedicadas a estudos e atividades administrativas, sendo obrigatório o cumprimento mínimo de 10 (dez) horas para atendimento aos pacientes, atrelado ao cumprimento de metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – Em caso de demanda reprimida, a jornada dedicada a estudos e atividades administrativas poderá ser exigida integralmente nas atividades de assistência, enquanto durar a demanda.

Art. 3º - Aplica-se o disposto no art. 32, da Lei Municipal nº 719, de 1º de abril de 2004, aos vencimentos de que trata esta lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.
